

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás diz que agora poderá focar em óleo e gás.....	2
Título: Estatal pede registro para oferta de ações da BR Distribuidora.....	3
Título: Fabricantes fazem turbinas maiores para o Brasil.....	4
Título: Summit vai debater rumos para o etanol	6
Título: E muita educação!	7
Título: Termômetro bolsa	8
Título: As cegas?.....	9
Título: Odebrecht não deve trazer crise a bancos	10
Título: Alagoas quer evitar divisão da Braskem	11
Título: Mineradoras revelam dados sobre barragens.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Petrobras quer pena maior para furto de combustíveis	13
Título: Gasolina e luz em queda elevam expectativa de corte nos juros.....	13
VEÍCULO: O Globo.....	15
Título: Petrobras lança programa contra furto em dutos	15
Título: STF abre fissura no estatismo brasileiro	17
Título: Com STF, Bolsa se aproxima dos 98 mil pontos.....	18
Título: TCU determina fim de subsídio a setor rural da conta de luz.....	19
Título: Inflação fica em 0,13%, a menor para maio desde 2006.....	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	22
Título: Petrobras planeja retomar vendas	22
Título: MG terá de privatizar estatais	24

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/06/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO Mônica Scaramuzzo SÃO PAULO****Título: Petrobrás diz que agora poderá focar em óleo e gás**

Segundo presidente da estatal, decisão do STF mostra que País tem "instituições fortes"

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de liberar a venda de subsidiárias de estatais sem o aval do Legislativo demonstra, segundo o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, que "instituições fortes funcionam no Brasil". Segundo o executivo, com a venda de subsidiárias, a empresa poderá focar no seu negócio principal, que é a produção de petróleo e gás, principalmente no pré-sal.

Para analistas, a decisão do Supremo abriu um cenário bem mais positivo para a Petrobrás. A estatal tem um plano de venda de ativos com o qual pretende levantar cerca de US\$ 27 bilhões. Um desses ativos, citado pelo próprio Castello Branco, é a sua distribuidora de gás de cozinha (GLP), a Liquigás. "Vemos a decisão do STF como uma importante salvaguarda para a continuidade do programa de desinvestimento da Petrobrás", disseram os analistas Thiago Duarte, Pedro Soares e Daniel Guardiola, do BTG Pactual.

Para o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, no entanto, a importância da decisão vai muito além da Petrobrás. "A decisão do STF não tem a ver só com a Petrobrás, tem a ver com um futuro promissor do País", disse.

Privatizações. A equipe econômica tem um plano ambicioso de venda de estatais, e a votação no Supremo dá mais segurança jurídica para a execução desse plano. Segundo estimativas do banco Credit Suisse, o governo tem potencial para levantar R\$ 400 bilhões com a venda de estatais – incluindo-se aí as chamadas "empresas- mãe". Nesses casos, porém, o Supremo decidiu que será necessário o aval do legislativo para a venda.

Um outro levantamento, feito pela consultoria alemã Roland Berger, indica que o governo tem potencial para captar cerca de R\$ 100 bilhões somente com a venda das empresas investidas pelo braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o BNDESPar. Entre as principais empresas estão a JBS e Marfrig.

Outro importante ativo que pode ser negociado pelo governo é a empresa de energia Eletrobrás. Mas, em vez de vender ativo por ativo, Antonio Bernardo, presidente da Roland Berger para América Latina, defende transformar a empresa em uma "corporation" (companhia com capital pulverizado, sem um controlador definido), com o governo mantendo uma "golden share" (ação especial que dá poder de veto) para decidir sobre aspectos estratégicos da companhia.

Segundo Bernardo, a Eletrobrás tem potencial de atingir valor de mercado de até R\$ 100 bilhões nos próximos dois a três anos – hoje, está em torno de R\$ 46 bilhões. "Nesse modelo, o governo poderia vender suas ações aos poucos no mercado", disse.

A abertura de capital e a emissões de ações de empresas já listadas (follow on) já são práticas que têm sido adotadas por estatais. A BR Distribuidora, da Petrobrás, abriu seu capital no fim de 2017, levantando cerca de R\$ 5 bilhões. Agora, a Petrobrás, que detém 70% das ações, pode vender os papéis e reduzir sua fatia abaixo de 50%.

Modelo semelhante poderia ser adotado para o Banco do Brasil. Mas Bernardo reconhece que não há disposição de o governo privatizar o Banco do Brasil, Caixa e Petrobrás.

Crise política. Especialista em privatização, Sandro Cabral, professor do Insper, vê as crises políticas que o governo Bolsonaro vem atravessando como um entrave para o processo de venda das estatais. "As turbulências assustam os investidores", disse. Segundo Cabral, o governo tem um bom quadro técnico, mas a questão política não pode ser dissociada. "Não sabemos qual reforma da Previdência será aprovada."

Segundo Cabral, muitas empresas, sobretudo as elétricas, têm estruturas bastante complexas. "Tem de analisar se vende tudo ou fatia o negócio. Tem de pensar no processo de consolidação que isso pode gerar", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Estatal pede registro para oferta de ações da BR Distribuidora

A Petrobrás anunciou ontem que solicitou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) registro de uma oferta pública de ações (follow on) da BR Distribuidora. A ideia é reduzir sua participação na subsidiária, que hoje está em torno de 70%. O percentual de venda pode ficar entre 20% e 30%.

Pela cotação de ontem, a BR Distribuidora valia na B3, bolsa de valores de São Paulo, R\$ 28,9 bilhões. Isso significa que a venda das ações poderia render à Petrobrás até R\$ 8 bilhões.

O anúncio ocorre um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que a venda de subsidiárias de estatais não precisa passar por autorização do Congresso Nacional. Desde abril, o mercado aguardava o anúncio da venda das ações da BR Distribuidora, que ficou em espera desde que o ministro Edson Fachin suspendeu a venda da Transportadora de Gás Associado (TAG), por R\$ 33 bilhões.

A venda da participação da Petrobrás na distribuidora de combustível faz parte de um amplo plano de desenvolvimento iniciado ainda sob a gestão do executivo Pedro Parente para reduzir as dívidas da companhia. A meta da estatal é se desfazer de cerca de US\$ 27 bilhões até 2022.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Fabricantes fazem turbinas maiores para o Brasil

Evolução da tecnologia e características dos ventos brasileiros permitem uso de equipamentos que dobram capacidade de geração

Fabricantes de turbinas eólicas iniciaram uma guerra de gigantes no mercado brasileiro, buscando vender no País equipamentos maiores, entre 4 e 5,8 megawatts (MW) e até 170 metros de diâmetro. Com isso, as torres eólicas terão alturas superiores a 200 metros, até a ponta da pá, a depender do projeto. Até então, o patamar era de 2 MW a 3 MW, com altura de até 130 metros. GE, Nordex, Siemens Gamesa, Vestas e WEG estão entre as empresas que vêm tentando vender os equipamentos de maior porte.

"O pulo de 2 MW para 5 MW, ou de 3 MW para 6 MW veio por conta da necessidade de mercado e do desenvolvimento tecnológico, inclusive de materiais, de todos os componentes da turbina", diz Rosana Santos, diretora de produto e marketing da GE Wind Onshore. Segundo ela, turbinas maiores não são, necessariamente, melhores em todos os mercados. "Nos EUA, os clientes preferem turbinas entre 2 e 3 MW", diz. "No Brasil, as grandes turbinas se mostram adequadas, como em outros lugares, como Austrália e Europa."

A GE está em negociações avançadas para a venda desses novos produtos a projetos eólicos já viabilizados, isto é, com venda de energia já acertada. "Nos

preparamos para atender ao mercado, mas temos de adequar a fábrica", diz Rosana. As primeiras turbinas devem ser entregues nos próximos anos."

A GE não foi a única a perceber a demanda do mercado. "O apetite por produto de turbina de potência maior existe e queremos estar nesse jogo", diz Felipe Ramalho, diretor da alemã Nordex para o Brasil. "Falamos basicamente de produzir mais energia com menos turbinas, o que é interessante para o investidor."

Para Ramalho, grosso modo, os projetos poderiam obter economia de 10% a 20%, a depender do projeto, não obstante o maior custo do equipamento. Isso porque o número de turbinas a ser instalado é menor, com consequentemente menos necessidade de infraestrutura de apoio.

Infraestrutura. Ao mesmo tempo em que continuará oferecendo as turbinas menores, o objetivo da Nordex é conseguir colocar as maiores nos próximos leilões do governo e também nos projetos em discussão no mercado livre. Para isso, a empresa corre para conseguir a homologação do novo equipamento junto ao BNDES, de maneira que os empreendedores possam utilizar as linhas de crédito do banco com os índices de nacionalização.

A liderança no movimento de ampliação do tamanho das turbinas foi da dinamarquesa Vestas, que anunciou a fabricação no País de equipamento de 4,2 MW. De lá para cá, a empresa fechou mais de 1.000 MW em pedidos, que começam a ser entregues neste ano. "O vento brasileiro é muito favorável para isso (grandes turbinas)", diz Rogério Zampronha, presidente da empresa no Brasil.

Dentre as empresas que lançaram recentemente nova geração de turbinas no Brasil, está a Siemens Gamesa, com um equipamento com capacidade até 32% maior em relação ao portfólio atual. O lançamento foi feito cerca de um mês depois do anúncio global, e os protótipos ainda não estão em operação. A produção deve ser iniciada até o primeiro trimestre de 2021.

"O Brasil é um mercado muito importante para a Siemens Gamesa, já que a energia eólica no Brasil é a fonte energética mais competitiva, com geração que dobra os números de outros países, graças à qualidade e intensidade do vento na região", diz Roberto Prida, diretor-geral de Onshore da Siemens Gamesa no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/06/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Summit vai debater rumos para o etanol**

Evento discutirá, nos dias 17 e 18, temas como a internacionalização do combustível

O Brasil pode passar a produzir entre 47 e 50 bilhões de litros de etanol por safra até 2028, ante 33 bilhões de litros no ciclo 2018-2019. A afirmação é do presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Evandro Gussi. Segundo o executivo, o crescimento será possível graças à adequação e ampliação das plantas de produção e ao RenovaBio, nova política de combustíveis renováveis.

É esperada para este mês a autorização do governo federal para que o setor de biocombustíveis possa emitir debêntures para captar recursos estimados em R\$ 62,3 bilhões por ano. Este e outros temas, como a inovação no segmento, serão abordados no Ethanol Summit, a ser realizado em São Paulo nos dias 17 e 18 de junho. O Estadão e o Broadcast Agro, plataforma de notícias do agronegócio em tempo real, são parceiros de mídia do evento.

Para Gussi, a proposta do Summit é justamente colocar em perspectiva os avanços do segmento e traçar os desafios para os próximos anos, como a internacionalização. "Precisamos mostrar ao mundo os benefícios do álcool", afirmou o executivo, que recentemente foi à Índia e à China.

A troca de informações sobre o setor foi um dos pontos de recente encontro com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. "Ela nos trouxe a demanda de compartilhamento de tecnologia com outros países", disse Gussi. A ministra será uma das palestrantes do evento, que terá ainda participação do presidente Jair Bolsonaro, do presidente do BNDES, Joaquim Levy, e do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O evento, neste ano, ainda terá, nos dois dias, um hub de Inovação, que mostra os benefícios do uso de tecnologia. "As queimadas (na colheita da cana) foram abolidas. Toda a safra passa por processo de mecanização", afirma Gussi, que também destaca a qualificação da mão de obra do setor nos últimos anos. Informações sobre o evento estão no site: www.ethanolsummit.com.br/2019

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/06/2019****Seção: Opinião****Autor: José Márcio Camargo****Título: E muita educação!**

Após a recessão de 2014/2016, a economia brasileira retomou a trajetória de crescimento. Depois de crescer 1,1% em 2017, a atividade decepcionou em 2018 e no início de 2019, quando recuou - 0,2% em relação ao trimestre anterior. O que aconteceu?

Em 2018/2019, a economia foi atingida por uma sequência de choques negativos. Desvalorização cambial, aumento dos preços dos combustíveis, da energia elétrica e dos alimentos, greve de caminhoneiros, aumento das taxas de juros nos EUA, guerra comercial entre EUA e China, entre outros. Apesar disso, a economia continuou crescendo e a inflação em queda. O Brasil foi um dos poucos países emergentes que não aumentaram a taxa de juros em 2018.

Comparando 2018/19 com o passado recente e com economias que tradicionalmente se comportavam como a nossa, o contraste é notável. Em 2002, a eleição de Luíz Inácio Lula da Silva gerou desvalorização cambial e a taxa de inflação atingiu 18% ao ano. A Selic chegou a 27% ao ano.

O slogan "eu sou você amanhã" era utilizado para caracterizar o comportamento das economias do Brasil e da Argentina. Desta vez, enquanto o Brasil cresceu 1,0% com inflação de 3,5% ao ano, a Argentina entrou em recessão (- 3,0%), a inflação atingiu 40% e os juros 60% ao ano.

Por que a diferença? Porque o Brasil implementou um conjunto de reformas que mudou o funcionamento da economia. Em especial, a dívida pública é hoje denominada em reais e não em dólares, criou-se um teto para o crescimento do gasto público, diminuindo a incerteza quanto à solvência do País, trocou-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP), eliminando os subsídios do BNDES, fez-se uma reforma trabalhista e liberalizou-se a terceirização, que reduziram a indexação dos salários e o Banco Central ganhou credibilidade. O resultado é uma economia mais resiliente.

E o crescimento? Apesar dos choques, a economia não entrou em recessão. No final de 2018, as expectativas foram infladas pelo resultado das eleições. O resultado do primeiro trimestre mostra que algo deu errado.

A economia mundial está desacelerando. China, Europa, Argentina e os EUA ou estão desacelerando ou já estão em recessão (Argentina). A decisão de abandonar o chamado "presidencialismo de coalizão" gerou ruídos e disputas

entre o Executivo, o Legislativo, a imprensa e as redes sociais, incertezas quanto à aprovação das reformas e retração dos investimentos. Após seis anos de déficits primários e a dívida pública chegando a 78% do PIB, o investimento público não pode assumir o protagonismo.

Finalmente, os analistas (eu inclusive) subestimaram a importância do rescaldo negativo das políticas dos anos 2007/2015. Neste período, o crédito subsidiado do BNDES incentivou a compra de 300 mil caminhões, a Petrobrás se endividou para construir quatro refinarias e comprar sondas para o pré-sal, criou-se uma empresa cujo objetivo era intermediar a relação entre a Petrobrás e os estaleiros que, por sua vez, se endividaram para construir as sondas, entre outros projetos mirabolantes.

Os caminhões não têm carga para transportar, a Petrobrás abandonou as refinarias, cancelou a compra das sondas e, como se endividou em excesso, está desinvestindo. Os estaleiros (que chegaram a empregar 70 mil pessoas, hoje empregam 2 mil) faliram, e as grandes empreiteiras se envolveram em esquemas de corrupção na Petrobrás e entraram em recuperação judicial. Má alocação de recursos, destruição de capital e redução da capacidade de investimento.

Este o diagnóstico. O remédio: rejeitar atalhos e poções mágicas e persistir com as reformas. A Nova Previdência para tornar sustentável o teto do gasto, tributária para simplificar os impostos, Orçamento Impositivo para racionalizar o orçamento, abertura da economia para aumentar a produtividade, melhorar regulações para dar mais segurança jurídica aos investidores em infraestrutura, autonomia do BC para reforçar a credibilidade, e muita educação!

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/06/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Termômetro bolsa

Coluna do Broadcast

Expectativa majoritária é de alta para Ibovespa

O mercado financeiro continua otimista em relação ao Ibovespa na próxima semana, mostra o Termômetro Broadcast Bolsa, que tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do índice na semana seguinte. Entre 28 participantes, 60,71% disseram que a previsão é de alta para o índice, percentual, contudo, pouco abaixo dos 65,38% da pesquisa anterior. A perspectiva é de estabilidade para 25,00%, ante 19,23%

no último levantamento, e de queda para 14,29%, de 15,38% no Termômetro anterior. A Bolsa fechou a semana com variação positiva de 0,82%.

Na próxima semana, há expectativa pela entrega do parecer do relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), na comissão especial da Câmara, sobretudo em relação a se os governos regionais ficarão ou não de fora da proposta. Ainda, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) tem sessão agendada para a terça-feira (11) para avaliar o pedido de crédito complementar de R\$ 248,9 bilhões para que o governo possa cumprir a regra de ouro do Orçamento. Por fim, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode retomar no dia 12 o julgamento que analisa a possibilidade de a Eletrobras dividir com a União a conta bilionária gerada por empréstimo compulsório sobre consumo de energia elétrica.

Quanto à agenda, está prevista uma série de indicadores de atividade no Brasil, entre eles as vendas do varejo e o volume de serviços, além do Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), todos referentes a abril. No exterior, os destaques são indicadores de inflação e varejo nos Estados Unidos e uma bateria de dados da economia da China – produção industrial, inflação e balanço comercial –, que servirão de termômetro para indicar o grau de influência da guerra comercial na economia dos dois países.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: As cegas?

Direto da Fonte

Passaram por São Paulo, esta semana, dirigentes de um dos maiores fundos do mundo de energia, gás e aeroportos. Eles olham o processo de privatização brasileiro com a pulga atrás da orelha, por causa de regras complicadas e do risco de judicialização de processos. Comentário de um deles: "Viemos para conhecer, mesmo sem entender o Brasil".

A GIP participou de várias privatizações pelo mundo, como a do aeroporto de Gatwick, em Londres - que depois revendeu por 2,5 bilhões de libras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/06/2019****Seção: Economia****Autor: Aline Bronzati****Título: Odebrecht não deve trazer crise a bancos**

Risco. Para especialistas, instituições têm provisões acima do exigido e garantias, como ações da Braskem, em caso de um eventual pedido de recuperação judicial do controlador; empréstimos a grupo equivaliam a 1,3% da carteira total de seis bancos, no fim de 2018

Os grandes bancos brasileiros têm provisões de 40% a 50% para os empréstimos feitos ao grupo Odebrecht, segundo cálculos do Citi. O percentual supera o mínimo de 30% exigido pelo Banco Central para casos de empresas em recuperação judicial – embora ainda não seja este o caso da Odebrecht.

Os analistas Jörg Friedemann e Gabriel Nóbrega, do Citi, destacaram, em relatório, que a principal preocupação é o "efeito cascata" entre as outras empresas do grupo, a partir do recente pedido de recuperação judicial da Atvos, braço de açúcar e álcool. "Garantias adicionais (nas mãos das instituições financeiras), como ações da Braskem, também ajudam a mitigar o risco total, colocando os bancos em uma posição confortável", dizem os analistas.

Segundo eles, embora o Banco do Brasil pareça mais exposto ao endividamento do grupo, com valor reportado de R\$ 9 bilhões, sendo R\$ 3,8 bilhões apenas na Atvos, os níveis de cobertura parecem razoáveis. Eles afirmam que as provisões cobrem 40% da exposição da Atvos e 30% do grupo, enquanto garantias como, exemplo, ações da Braskem, podem adicionar outros 40% a 50% de proteção.

Já a agência de classificação de risco Moody's afirma que o risco de uma deterioração severa na qualidade dos ativos para Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Bradesco, Itaú e Santander é pequeno. "O processo de recuperação judicial pode interromper ou desacelerar a geração de receita e, portanto, prejudicar a capacidade da Odebrecht de pagar seus empréstimos. Os bancos podem criar provisões adicionais e reportar um aumento nos ativos inadimplentes", escreveu a Moody's.

Mas, para a agência, o risco de deterioração severa na qualidade dos ativos para os seis bancos é pequeno porque a exposição combinada de empréstimos da Odebrecht equivalia a 1,3% da sua carteira total de R\$ 3,1 trilhões em dezembro de 2018. / COLABOROU NIVIANE MAGALHÃES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/06/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Alagoas quer evitar divisão da Braskem**

Procuradoria tenta impedir que operação no Estado seja separada do resto da petroquímica

O governo de Alagoas anunciou ontem que a procuradoria estadual abriu ação para evitar que a Braskem seja vendida sem a unidade da companhia no Estado. A petroquímica é acusada de ter sido responsável por crateras e rachaduras que comprometeram construções em três bairros de Maceió.

A Procuradoria Geral do Estado de Alagoas "quer assegurar o ressarcimento integral dos danos ambientais, patrimoniais, sociais e morais causados pela empresa ao meio ambiente, aos moradores e ao Estado na região dos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió", disse o governo estadual, em comunicado à imprensa. Ontem, as ações da Braskem caíram 1,32%, enquanto o Ibovespa subiu 0,63%.

A iniciativa foi tomada porque, nesta semana, o grupo holandês LyondellBasell desistiu de continuar negociando a compra da Braskem com sua controladora, a Odebrecht S.A.

Danos. Um dos motivos pela desistência, segundo fontes, foi o tamanho de um eventual passivo da Braskem. A extração de sal-gema – matéria-prima utilizada na fabricação de soda cáustica e PVC – pela Braskem foi a principal causa para o surgimento de rachaduras no bairro do Pinheiro, em Maceió, segundo relatório divulgado em maio pelo Serviço Geológico do Brasil.

O temor do governo do Estado é que a operação seja separada do restante da petroquímica. "A Braskem não pode ser vendida segmentadamente: vender uma parte e deixar a parte de Alagoas para honrar a eventual reposição dos danos ambientais e a indenização para as famílias. Por isso, decidimos ingressar com a ação para que a empresa não seja vendida antes de resolver os passivos ambientais e a indenização das famílias que residem do Pinheiro, Mutange e Bebedouro", disse o governador de Alagoas, Renan Filho, em nota.

A Braskem não se pronunciou. A Odebrecht disse que as negociações para venda da Braskem foram encerradas. /AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/06/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Mineradoras revelam dados sobre barragens**

As gigantes globais da mineração BHP, Anglo American e Glencore revelaram detalhes sobre suas barragens de rejeitos, meses após um grupo de investidores ter solicitado as informações na sequência do colapso de uma barragem da brasileira Vale em Brumadinho (MG) em janeiro, que matou mais de 200 pessoas. A BHP, que opera 67 barragens, disse ontem que definiu uma força-tarefa para aprimorar seu foco na gestão de barragens e ampliar a segurança.

A maior mineradora do mundo acrescentou que uma avaliação para estudar a gestão de suas barragens de rejeitos após um desastre registrado em 2015 em uma estrutura da Samarco, que matou 19 pessoas, não identificou preocupações imediatas sobre a integridade das barragens.

A Samarco é uma joint venture da Vale e da BHP. O desastre de Brumadinho também levantou questões sobre a segurança de barragens de rejeito ao redor do mundo.

A Anglo American também publicou ontem detalhes sobre suas 91 barragens de rejeitos, além de dados de outras 62 unidades operadas por meio de joint ventures, e disse que está trabalhando em tecnologias para reduzir o volume de rejeitos produzidos em suas atividades.

A Glencore, por sua vez, criou uma página em seu site para dar informações detalhadas sobre as barragens de armazenamento de rejeitos e afirmou que um dos principais especialistas do mundo, a Crippen Berger, audita de forma independente a integridade e segurança de suas estruturas desse tipo.

Comitê. Mais cedo neste ano, o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), um grupo da indústria cujos membros incluem Glencore, BHP e outras 25 empresas, disse que um comitê irá avaliar e definir padrões para o design e a manutenção de barragens de rejeitos até o final do ano. O ICMM disse em março que está trabalhando com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e Princípios para Investimento Responsável (PRI) para desenvolver novos padrões para essas barragens.

O PRI reúne investidores preocupados com a ética, um grupo que inclui a Igreja da Inglaterra, por exemplo. Esses investidores, que têm trabalhado por um padrão global para barragens de rejeitos, escreveram em abril para 683

empresas listadas, incluindo as grandes mineradoras, pedindo que fossem tornadas públicas em até 45 dias informações sobre as barragens. /REUTERS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras quer pena maior para furto de combustíveis

Rio de Janeiro- Com perdas acumuladas de ao menos R\$ 600 milhões com furto de petróleo e combustíveis em seus dutos, a Petrobras quer penas mais severas para o crime. Nesta sexta (7), a estatal assinou convênio com os estados do Rio e São Paulo para combate ao crime, que vem crescendo de forma acelerada no país.

Em 2018, foram 261 ocorrências, 15% a mais que em 2017 e 250% a mais do que em 2016.

O presidente da estatal, Roberto Castello Branco, defendeu que o furto de combustíveis tenha tipificação específica no código penal, com penas mais severas. "É um crime que tem repercussões muito amplas, não se trata apenas de mero furto", afirmou, frisando que a atividade pode resultar em danos ambientais, risco à vida e de desabastecimento de combustíveis.

NP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Cucolo

Título: Gasolina e luz em queda elevam expectativa de corte nos juros

Analistas não descartam deflação em junho com queda de preços de energia

São Paulo- Redução na conta de luz e no valor da gasolina. Queda nos preços dos alimentos. Índice oficial de inflação em queda livre. Em apenas sete dias, foi divulgada uma série de dados positivos que mexeram com as expectativas de inflação e consolidaram a percepção de que o Banco Central iniciará um novo ciclo de corte na taxa básica de juros.

Nesta sexta-feira (7), o IBGE informou que o IPCA (índice que serve de referência para a meta de inflação) ficou em 0,13%, o menor resultado desde 2006 para o mês.

A media das projeções do mercado era um resultado de 0,20%. A inflação acumulada em 12 meses caiu de um pico de quase 5% para 4,66%.

Os anúncios na semana passada de redução no preço dos combustíveis e de que não haverá cobrança extra na conta de luz neste mês levaram vários economistas a projetar inflação próxima de zero neste mês, com possibilidade de deflação.

Em 2018, o IPCA ficou em 1,26% no sexto mês do ano, por causa do efeito da paralisação dos caminhoneiros.

Como a expectativa é de inflação mais baixa em relação ao ano passado também nos meses seguintes, espera-se que o índice de preços esteja próximo de 3% no início do segundo semestre, perto do limite inferior da meta para este ano, que é de 4,25% com variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

"A inflação está muito tranqüila. As expectativas estão ancoradas. Não há pressão de demanda. O dado de hoje [sexta] confirma isso", afirma a economista Julia Passabom, do Itaú Unibanco.

A economista destaca ainda o comportamento favorável não só de preços com maior sazonalidade, como os alimentos, que devem continuar a devolver a alta registrada no começo do ano, mas também de serviços e produtos industrializados, que influenciam os cálculos dos núcleos de inflação e têm grande peso nas avaliações do BC.

O banco projeta um IPCA de 3,6% no fim de 2019 e de 2020, abaixo da media na do mercado, próxima de 4%. Para a taxa básica de juros (Selic), a expectativa é de queda a partir de outubro — dos atuais 6,5% para 5,5% no início de 2020.

O economista Fábio Romão, da LCA Consultores, afirma que o comportamento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica ainda pode surpreender positivamente até o fim deste ano.

"Eu tenho uma projeção de queda de 0,01% em junho [para o IPCA], mas a deflação pode ser mais intensa se a Petrobras promover mais uma queda nos preços. E a queda da gasolina pode contribuir para uma queda mais forte também do etanol em junho, pois os dois concorrem na preferência do consumidor", diz.

Segundo Romão, as informações até o momento mostram um regime hídrico mais favorável, o que aumenta a chance de uma bandeira verde da conta de luz em dezembro.

A LCA alterou a projeção para o IPCA no fim do ano, tanto de 2019 como de 2020, de 4% para 3,9%. A consultoria espera que o BC promova dois cortes na Selic, em setembro e outubro, para 5,5% ao ano.

O Santander também projeta deflação para o mês corrente. "A queda dos preços da gasolina no mercado internacional e nas refinarias foi mais acentuada do que o esperado e deve afetar o IPCA de junho e julho, dada a defasagem no repasse dos preços das refinarias para o consumidor", informou o banco.

A projeção do Santander para a inflação ao final dos anos de 2019 e 2020 foi mantida em 4%. O banco também segue com expectativa de Selic estável em 6,5% até o fim de 2020.

O Bradesco reduziu a projeção de IPCA em 2019 de 4% para 3,8%. Para 2020, de 3,9% para 3,8%. O banco espera redução da taxa Selic para 5,75% até o fim deste ano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Petrobras lança programa contra furto em dutos

Perdas com roubo somam R\$ 600 milhões nos últimos quatro anos. Companhia defende lei mais dura contra o crime e fecha acordo com governos de Rio e São Paulo. Objetivo é reduzir ocorrências em 75% até o fim de 2021

A Petrobras lançou ontem o Programa Integrado de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), com o objetivo de prevenir furtos de combustíveis da malha de oleodutos operados pela Transpetro, com extensão de mais de 14 mil quilômetros Brasil afora.

A estatal defende uma lei mais dura contra o roubo de gasolina e diesel, como antecipou O GLOBO, em março. Para minimizar danos, a estatal assinou acordos com os governos do Rio e de São Paulo para reforçar a cooperação nas ações de inteligência e segurança, já que os furtos resultam em vazamentos que contaminam o solo e podem acabar em explosões. A estatal vai assinar ainda um convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça.

— Há necessidade de uma mudança no arcabouço legal para caracterizar esse tipo de crime e estabelecer penas pesadas para tornar essa atividade pouco atraente para os criminosos — afirmou Roberto Castello Branco, presidente da estatal.

No ano passado, o número de ocorrências chegou a 261, uma alta de 250% em relação ao ano de 2016. Desse total, 151 foram em São Paulo e 69 no Rio. A meta do plano é reduzir em 75% o número de furtos até dezembro de 2021.

Segundo a estatal, os prejuízos somam R\$ 600 milhões nos últimos quatro anos. Foram mais de 42 milhões de litros furtados e 8.600 horas de operações de fornecimento de combustíveis paralisadas. Castello Branco lembrou que o fornecimento da querosene de aviação (QAV) chegou a ser interrompido por dois dias para o aeroporto de Guarulhos e por três dias para a cidade de Brasília.

— Nos últimos anos, houve uma escalada no furto de combustíveis, com implicação humana que atinge as comunidades mais pobres — disse Castello Branco.

Em abril, uma tentativa de furto provocou um vazamento de gasolina em Duque de Caxias. Uma menina de 9 anos morreu no mês passado depois de ter 80% do corpo queimado.

Hélder Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), destacou que, além do risco social e ambiental, os furtos a dutos também comprometem o abastecimento no país: — Os furtos precisam ser combatidos. Esse problema atrapalha o transporte dos derivados no país.

"PRODUÇÃO ESTAGNADA"

Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, lembrou que é preciso que parte dos recursos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) pagos pelas petroleiras seja direcionada ao desenvolvimento de iniciativas de combate ao furto: — Precisamos ser mais criativos para combater as quadrilhas. Precisamos de novas ferramentas.

Ao comemorar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a venda de subsidiárias de estatais sem aval do Congresso, Castello Branco disse que os recursos obtidos a partir do desinvestimento permitirão aumentar a produção de petróleo.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, de 2010 a abril deste ano, a produção da Petrobras passou de 2,422 milhões de barris de óleo equivalente (boe) para 3,135 milhões de boe, alta de 29%.

— Os recursos obtidos com a venda de ativos serão usados para redução de dívida e fortalecimento de nosso investimento em petróleo. Nos últimos dez anos, a produção de petróleo da Petrobras está estagnada.

Castello Branco disse que o próximo ativo a ser vendido é a Liquegás, que atua no engarrafamento e distribuição do gás de botijão (GLP).

— Estamos fortalecendo a função principal, que é a produção de petróleo e gás.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/06/2019

Seção:

Autor:

Título: STF abre fissura no estatismo brasileiro

Julgamento sobre regras para privatizações pode permitir ao país se afastar do capitalismo de Estado

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de, por maioria de votos, oito a três, permitir a privatização de subsidiárias de estatais sem precisar de aval do Congresso, tem importante aplicação imediata, porque a Petrobrás segue um plano estratégico de venda de empresas e ativos avaliados em US\$ 32 bilhões. Além de existir um programa de venda de estatais, no governo Bolsonaro, como forma de também ajudar a economia a sair da crise fiscal.

No caso da Petrobras, os recursos estão sendo aplicados no abatimento da elevada dívida da estatal, contraída no período de desvios lulopetistas em investimentos bilionários mal feitos, usados para o desvio de dinheiro público, com a ajuda de empreiteiras. Destinado para campanhas políticas, projetos de poder e bolsos privados. Os autos da Lava-Jato contam a história.

A empresa foi usada, ainda, como instrumento de política anti-inflacionária, por meio do congelamento de preços de combustíveis, bancado pela companhia, causa de um enorme rombo no seu caixa. Ninguém reclamou à Justiça. Mas quando foi lançado o programa de venda de refinarias, de parte da BR—operações também para afinal injetar concorrência no mercado de distribuição—e de subsidiárias na área de gás, interesses corporativistas terminaram sendo contrariados, e sindicatos correram ao STF.

Escolhido relator do caso, o ministro Ricardo Lewandowski concedeu liminar para exigir que qualquer privatização precise de permissão do Legislativo. Ora, seria o mesmo que proibir as desestatizações, não só porque corporações sindicais têm razoável influência no Congresso, como também há políticos que usam empresas públicas para exercer o clientelismo e até mesmo fazer negócios. Depois, reclamação semelhante foi entregue para o ministro Edson Fachin relatar, especificamente contra a venda já acertada de uma subsidiária da área de gás (TAG).

O julgamento pelo plenário da Corte, encerrado quinta-feira, corrigiu o rumo das liminares: subsidiárias não precisam de lei específica para ser negociadas, nem de licitações, apenas as "empresas-matrizes". Nesses dois casos, seria a Petrobras.

Numa perspectiva mais ampla, o STF ajuda a fechar um longo ciclo histórico em que o Brasil sempre esteve mais próximo do capitalismo de Estado do que de um regime econômico liberal. Como se tenta agora. E foi esta visão estatista — um "fetiche", segundo o ministro Luís Roberto Barroso — que plasmou a própria Constituição de 1988, embora ela conceda a primazia no sistema produtivo ao setor privado.

Esta ideologia da predominância do Estado sobre a sociedade tem raízes tão profundas que une a esquerda e a direita. A política econômica do general Geisel sempre contou com simpatias no PT, tanto que Lula e Dilma aplicaram a receita geiselista de substituição de importações na Petrobras. Outra causa da desestabilização da empresa. O STF agora estabelece um marco para o país se afastar deste passado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO

Título: Com STF, Bolsa se aproxima dos 98 mil pontos

Liberação de venda de subsidiárias de empresas estatais sem necessidade de aval do Congresso agrada a investidores. Bolsonaro comemora resultado e diz que viés ideológico para fazer negócios deixa de existir no país

SÃO PAULO- A Bolsa de Valores brasileira, a B3, teve mais um dia de ganhos ontem, se aproximando do patamar de 98 mil pontos. Foi mais um pregão de bom humor entre os investidores, depois que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deram aval para a privatização de subsidiárias de estatais sem a necessidade de aval do Congresso. O cenário externo também contribuiu para o Ibovespa, principal indicador do mercado, subir 0,63%, para 97.821 pontos.

No mercado de câmbio, o dólar teve desvalorização de 0,12% frente ao real e encerrou o pregão a R\$ 3,878.

— Essa foi uma decisão positiva para todas as estatais com subsidiárias. E o mercado se beneficiou de um ambiente positivo no exterior e, internamente, pela expectativa da apresentação do relatório da Previdência na próxima semana — afirmou Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora.

Na noite de quinta-feira, o STF deu aval para a venda de controladas subsidiárias de estatais sem a aprovação pelo Congresso Nacional. Em outra decisão, permitiu a conclusão da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras. As ações preferenciais (PNs, sem direito a voto) da estatal subiram 1,83%. Já as ordinárias (ONs, com direito a voto) registraram valorização de 2,72%. No exterior, o petróleo operava com ganhos de 2,61%, a US\$ 63,28 o barril do tipo Brent, perto do fim dos negócios no Brasil.

Em Buenos Aires, o presidente Jair Bolsonaro comemorou a decisão do STF: — Meus cumprimentos ao Supremo Tribunal Federal, que agiu com patriotismo contrário à política anterior que havia no Brasil nessas questões econômicas. O viés ideológico para fazer negócios vai deixando de existir no Brasil.

Em evento no Rio, posteriormente, Bolsonaro disse que o STF mostrou estar em acordo com o governo na ideia de menos Estado. Ele disse ainda que o Supremo desamarrou a questão da privatização.

(Colaboraram Janaína Figueiredo e Bernardo Mello)

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: TCU determina fim de subsídio a setor rural da conta de luz

Benefício a produtores e a saneamento custa R\$ 4 bi e é pago por todos

BRASÍLIA- A profusão de subsídios e encargos embutidos nas contas de luz virou alvo do Tribunal de Contas da União (TCU). Cerca de 10% das tarifas pagas pelos consumidores de todo o país são encargos embutidos na conta. Uma auditoria do órgão considerou irregular parte desse total.

O TCU questiona os descontos na conta que são dados para produtores rurais, empresas de irrigação e companhias de saneamento. Esses descontos acabam sendo pagos por todos os outros consumidores. Para o tribunal, os benefícios nada têm a ver com o setor elétrico. Por isso, se o governo quiser mantê-los, o TCU determinou que ele terá de tirá-los da conta de luz e incluí-los no Orçamento da União a partir de 2020.

"MEDIDAS DE FAVORECIMENTO"

Somente em 2017, os três subsídios pagos por todos os consumidores somaram R\$ 4 bilhões. O gasto entre 2013 e 2017 ficou em R\$ 17,5 bilhões, considerando os

que são destinados a produtores rurais, irrigação e aquicultura, e água, esgoto e saneamento. Isso corresponde a cerca de um quarto do total de gastos previstos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no período, que contabiliza todos os tipos de subsídios do setor.

O Congresso já chegou a discutir a retirada do subsídio na conta de luz para produtores rurais no início do ano, o que motivou um embate entre os ministérios da Economia e da Agricultura. O benefício havia sido revogado num decreto do ex-presidente Michel Temer, mas o subsídio acabou mantido após forte pressão do segmento do agronegócio.

O relatório do TCU avalia que não há justificativa para manter estes subsídios. "Apesar de instituídos por lei, tais subsídios dizem respeito a atividades econômicas ou a problemas sociais que não guardam correlação com o setor elétrico, o que os torna incompatíveis com o regime jurídico tarifário setorial", diz o texto.

Junto com os impostos, os subsídios são uma das principais causas das altas tarifas de energia no Brasil. Esses dois componentes correspondem a mais de 40% da conta de luz da Light, por exemplo. Isso sem contar a taxa de iluminação pública.

— O setor terminou se transformando quase que em um orçamento paralelo, que conduz políticas públicas fora do pacto federativo. Essas políticas públicas são feitas com pouca transparência e sem avaliação de resultado. Transferem para o consumidor o custo de algo que deveria ser política de governo pago pelo Orçamento e ainda tributam aquilo. (O consumidor) Paga imposto sobre algo que deveria ser feito pelo governo — disse o presidente da Associação dos Grandes Consumidores de energia, Paulo Pedrosa, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para o TCU, subsídios para tarifas de consumidores rurais, irrigantes e empresas de saneamento são ineficientes e deveriam ser financiados pelos respectivos setores ou pela sistemática que orienta as finanças públicas. Além disso, eles fazem a conta de luz aumentar num efeito cascata.

""Ainda que o efeito percebido pelos consumidores em razão do aumento tarifário seja relativamente baixo, a arrecadação é volumosa, da ordem de bilhões de reais por ano, e os seus efeitos são perversos na economia, visto que, como a energia elétrica é insumo na base da cadeia produtiva, distorções em seu preço se propagam, afetando a coletividade, a competitividade da indústria e as taxas de inflação", diz o relatório.

O tribunal avalia ainda que estes subsídios têm baixa transparência, não são fiscalizados ou monitorados nem avaliados. E resume o quadro: "o que os reduz a meras medidas de favorecimento a determinados mercados".

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor: DAIANE COSTA

Título: Inflação fica em 0,13%, a menor para maio desde 2006

Índice desacelerou em relação a abril graças à redução nos preços dos alimentos. Para analistas, IPCA acumulado em 12 meses deve cair para menos de 4%, abrindo espaço para novos cortes na taxa de juros

Com queda nos preços dos alimentos, a inflação oficial desacelerou para 0,13% em maio, informou ontem o IBGE. Em abril, havia sido registrada alta de 0,57%. O resultado é o menor para maio desde 2006.

A inflação mais baixa deve reforçar a pressão por um corte na taxa básica de juros, Selic, hoje em 6,5%. Com o crescimento fraco da economia — o PIB recuou 0,2% no primeiro trimestre —, parte dos economistas sugere que o Banco Central (BC) deveria reduzir os juros, ainda que a maioria acredite que o corte só deve ser feito após a aprovação da reforma da Previdência, em tramitação no Congresso.

No ano, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está em 2,2%. Nos últimos 12 meses, a taxa recuou dos 4,94% em abril para 4,66%. As projeções do mais recente Boletim Focus, do BC, indicam que a inflação vai encerrar 2019 em 4,03%.

REFORMA PRECISA ACONTECER

O economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Pedro Paulo Silveira, acredita que a probabilidade de a Selic terminar 2019 abaixo dos 6% subiu bastante nas últimas semanas: — Nos próximos meses, a inflação acumulada deve cair para abaixo dos 4% e, com isso, abrir espaço para o Copom voltar a reduzir a Selic. O cenário para a aprovação da reforma, porém, precisa se mostrar convincente para que os diretores do BC confirmem essa expectativa.

Alberto Ramos, economista do Banco Goldman Sachs, considera que há "crescente probabilidade de cortes (na taxa básica de juros, a Selic) no segundo semestre deste ano, dada a melhoria das perspectivas de aprovação da reforma".

A desaceleração dos preços em maio é resultado da deflação de 0,56% nos preços dos alimentos, que haviam subido 0,63% no mês anterior. Os alimentos consumidos em casa caíram ainda mais, 0,89%. O tomate, após alta de 28% em abril, caiu 15,08%, e o feijão-carioca voltou a ter deflação, desta vez de 13,04%. Os preços das frutas recuaram 2,87%. Por outro lado, o leite longa vida teve alta de 2,37%.

Pedro Kislánov da Costa, analista do Sistema Nacional de Índice de Preços do IBGE, diz que os preços dos alimentos in natura cederam por causa de melhora nas condições climáticas e aumento de oferta, devido ao período de safra: — Em maio, melhorou o clima, diminuíram as chuvas, porque o outono é mais seco nas regiões produtoras. Com relação ao feijão e ao tomate, cujos preços cederam mais, também colaborou o aumento da oferta devido à safra desses dois produtos.

Além dos alimentos, também tiveram deflação artigos de residência (-0,1%) e serviços de educação (-0,04%) e de comunicação (-0,03%).

Já a gasolina, com uma alta de 2,6%, foi responsável por 0,11 ponto percentual do resultado do IPCA em maio. O etanol caiu 0,44%, e o diesel subiu 2,16%.

A energia elétrica também teve alta considerável, de 2,18%. O aumento reflete a entrada em vigor da bandeira amarela. Para cada 100 quilowatts-hora consumido no mês de maio, o usuário pagou mais R\$ 1. Como choveu acima do previsto, a cobrança extra foi suspensa. Segundo o IBGE, não fosse a alta da energia, a inflação do mês teria acelerado ainda menos, 0,05%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 08/06/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras planeja retomar vendas

Após a Petrobras conseguir uma vitória na quinta-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), para que venda suas subsidiárias sem a necessidade de aval do Congresso ou de licitação, a companhia apontou esforços para retomar a venda de 100% de sua participação acionária da Araucária Nitrogenados S.A. A venda foi suspensa por decisão liminar proferida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. “A companhia esclarece que continuará na defesa de seus interesses, considerando a referida decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal.

No comunicado, a empresa destacou a vitória no STF, que reverteu a decisão

cautelar concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowski na ADI 5624, na parte em que condicionava as operações de venda de controle acionário de subsidiárias e controladas de empresas estatais à prévia autorização legislativa e à licitação.

“A Petrobras prossegue com os seus desinvestimentos, fundamentais para a redução do seu nível de endividamento e para a geração de valor por meio da gestão ativa de portfólio, em linha com seu Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 e Plano de Resiliência, prestigiando a competitividade e os princípios constitucionais aplicáveis à companhia”, destacou a empresa.”

A estatal ressaltou ainda que poderá concluir sua operação de venda de 90% da participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) após o ministro Edson Fachin revogar liminar que exigia processo licitatório.

Para o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, a decisão do Supremo demonstra que “instituições fortes funcionam no Brasil”. Segundo o executivo, com a venda de subsidiárias, a empresa poderá focar no seu negócio principal que é produção de petróleo e gás, principalmente no pré-sal. Ele citou a venda da distribuidora de GLP, a Liquigás, como uma das controladas que estão na lista de desinvestimento.

Lava-Jato

Entrarão nos cofres da Petrobras R\$ 264,5 milhões dos recursos decorrentes do acordo de leniência celebrados com a empresa Braskem. Ontem, a Justiça Federal acolheu pedido da força-tarefa da Operação Lava-Jato e autorizou que sejam transferidos R\$ 681.043.425,20 que estavam depositados em conta judicial. Do total, R\$ 416.523.412,77 serão destinados à União.

De acordo com o Ministério Público Federal, no Paraná, a destinação dos valores à União foi solicitada pela força-tarefa após a celebração de um novo acordo de leniência pela empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) na última semana.

Com mais esta quantia, chega a R\$ 828.749.693,08 o total já pago pela Braskem S.A dentro de seu acordo de leniência com o Ministério Público Federal e que foi devolvido à estatal petrolífera. Uma das devoluções de recursos da empresa, pela Justiça, a favor da Petrobras, ocorreu em 2017 (R\$ 362.949.960,81), e outra em 2018 (R\$ 201.279.719,84).

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 08/06/2019****Seção: Economia****Autor: Juliana Cipriani****Título: MG terá de privatizar estatais**

O governador Romeu Zema (Novo) terá de privatizar a Cemig, a Codemge/Codemig e a Copasa, além de congelar salários e demitir servidores comissionados e não estáveis se quiser a ajuda do governo federal para tirar o estado da crise financeira. Os pontos estão entre as principais exigências formalizadas pelo governo federal para Minas Gerais aderir ao regime de recuperação fiscal proposto pela gestão do presidente Jair Bolsonaro e integram um extenso documento do Tesouro Nacional que detalha a situação financeira de Minas.

Em 30 de abril, quando fez um seminário para falar da necessidade de aderir ao regime de recuperação, Zema comparou a situação do estado a um tumor e disse que a única chance de o estado sair da crise é aderir ao plano. Na ocasião, o secretário da Fazenda, Gustavo Barbosa, antecipou que Minas precisará ficar no regime por seis anos, prazo máximo oferecido pela União.

No mesmo dia, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, falou que o governo federal não abriria mão de medidas como congelamento de salários e das privatizações. Segundo o documento, com os números “não se vislumbra a possibilidade de se abrir mão de privatizações para permitir a quitação de passivos”.

Aval

Para implantar as medidas, no entanto, o governo Zema precisará do aval da Assembleia Legislativa. O Tesouro recomenda ainda que o estado invista em outras alienações para obter mais recursos. Embora sejam apontadas como recomendações, na prática, as medidas são exigências, já que o governo federal tem a palavra final para aceitar ou não incluir o estado no regime de recuperação.

No campo das despesas, Zema vai ter que cumprir medidas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal para se adequar aos limites previstos. O relatório do Tesouro diz que Minas vai ter que reduzir em pelo menos 20% os cargos comissionados e funções de segurança e, caso isso não seja suficiente, exonerar servidores não estáveis. Se nem assim a situação se resolver, “o servidor estável

poderá perder o cargo conforme determinado na LRF”.

Zema também não poderá conceder aumento salarial para os servidores do estado nem contratar pessoal, a não ser que os cargos fiquem vagos. Com isso, novos concursos públicos estarão suspensos enquanto dura a adesão ao plano federal.

MME / ASCOM .